

ADEMAR FIORANELLI

Oficial do 7º Registro de Imóveis da Capital de São Paulo. Integra o Conselho de Ética e na Coordenação de Jurisprudência do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB

FLAUZILINO ARAÚJO DOS SANTOS

Primeiro Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Capital

ULYSSES DA SILVA

Membro do Conselho Jurídico Permanente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB

PENHORA E CAUTELARES NO REGISTRO DE IMÓVEIS

Instituto de Registro Imobiliário do Brasil

2005

347.466(81)
F517p



CIP-Brasil. Catalogação Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F546p

Fioranelli, Ademar

Penhora e cautelares no registro de imóveis /Ademar Fioranelli,
Flauzilino Araujo dos Santos, Ulysses da Silva. - São Paulo: IRIB, 2005.
488p.

ISBN 85-99029-02-9

1. Direito imobiliário - Brasil. 2. Registro de imóveis - Brasil. 3. Títulos
judiciais - Brasil. 4. Medidas cautelares - Brasil. 5. Direito civil - Brasil. I.
Santos, Flauzilino Araújo dos. II. Silva, Ulysses da. III. Instituto de
Registro Imobiliário do Brasil. IV. Título.

05-1865

CDU 347.235(81)

347.466(81)
F517p



SUMÁRIO

Introdução - Qualificação registraria dos títulos	21
---	----

1. Execuções

Ademar Fioranelli e Flauzilino Araújo dos Santos

1.1. Penhora - Execução civil	27
1.1.1 Definição	27
1.1.1.1 Responsabilidades e atribuições do exeqüente	30
1.1.1.2 A presunção <i>iuris et de iure</i> do registro da penhora	32
1.1.1.3 Princípios da inoponibilidade e da fé pública registral	33
1.1.1.4 Registro da penhora exige mandado judicial ou certidão? Quais os requisitos?	34
1.1.1.5 Requisitos da certidão judicial	34
1.1.1.6 Princípio de continuidade - Imóvel não registrado em nome do executado	35
1.1.1.7 O Oficial de Justiça, a penhora em foro distinto e as precatórias	36
1.1.1.8 Depositário	36
1.1.2 Casuísticas	37
1.1.2.1 Penhora de usufruto	37
1.1.2.2 Penhora no rosto dos autos	37
1.1.2.3 Penhora de direitos no compromisso de venda e compra	38
1.1.2.4 Penhora de bens públicos	39
1.1.2.5 Penhora de imóvel hipotecado a entidade integrante do Sistema Financeiro de Habitação (aquisição de casa própria)	42
1.1.2.6 Penhora de imóvel objeto de alienação fiduciária e de crédito fiduciário (Lei 9.514/97)	42
1.1.2.7 Penhora de imóvel gravado com hipoteca cedular	43
1.1.2.8 Penhora de imóveis de administradores e ex-administradores de instituições financeiras, sob intervenção do Banco Central do Brasil, em liquidação extrajudicial ou em falência	45
1.1.2.9 Penhora de imóvel em nome de terceiro e o princípio da continuidade	46
1.1.2.10 Penhora de imóveis particulares de sócio de pessoa jurídica demandada	47

347.466(81)
F517p



1.1.2.11 Penhora de imóvel gravado com cláusulas restritivas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade	48
1.1.2.12 Penhora de imóvel que constitui bem de família	50
1.1.2.13 Penhora de imóvel que a meação do cônjuge foi excluída da execução	52
1.1.2.14 Estado civil - Divergência entre o assento imobiliário e o título	53
1.1.2.15 Intimação do cônjuge do executado	55
1.1.2.16 Penhora de imóvel rural e exigibilidade de comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR -e apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR - do Incra	56
1.1.2.17 Penhora de imóvel com construção não averbada – Princípio da especialidade	57
1.1.2.18 Alienação ou oneração de imóvel gravado com penhora	59
1.1.3 Cancelamento da penhora	60
1.1.3.1 Cancelamento de penhora decorrente de arrematação	61
1.1.3.2 Ofício como título judicial	62
1.1.4 Requisitos para o registro da penhora	63
1.1.5 Modelo de mandado judicial	64
1.1.6 Modelo de registro de penhora	65
1.2. Penhora - Execução fiscal	66
1.2.1 Definição	66
1.2.2 Previsão legal	66
1.2.3 Requisitos	66
1.2.4 Penhora de imóvel gravado com cláusulas restritivas de impenhorabilidade, inalienabilidade e incomunicabilidade	67
1.2.5 Penhora de imóvel gravado com hipoteca cedular	67
1.2.6 Penhora de imóvel já penhorado em execução da Fazenda Nacional	68
1.2.7 Modelo de registro	69
1.3. Penhora - Execução trabalhista	70
1.3.1 Previsão legal	70
1.3.2 Penhora de imóvel gravado com hipoteca cedular	70
1.3.3 Modelo de mandado	71
1.3.4 Modelo de registro	72
1.3.5 Modelo de averbação de cancelamento da penhora	72

2. Medidas cautelares

Ulysses da Silva

347.466(81)
F517p



2.1. Arresto	75
2.1.1 Definição	75
2.1.2 Título exigido para registro	75
2.1.3 Mandado para registro de arresto	75
2.1.4 Conversão do arresto em penhora	76
2.1.5 Cancelamento	77
2.2. Seqüestro regido pela lei civil	78
2.2.1 Definição	78
2.2.2 Título para registro	78
2.2.3 Modelo de mandado	78
2.2.4 Cancelamento	79
2.3. Seqüestro regido pela lei penal	80
2.3.1 Definição	80
2.3.2 Título para registro	80
2.3.3 Cancelamento	80
2.4. Indisponibilidade de bens	81
2.4.1 Definição	81
2.4.2 Título	82
2.4.3 Cancelamento	82
2.5. Arrolamento fiscal de bens	83
2.5.1 Definição e outros esclarecimentos	83
2.5.2 Título para registro	84
2.5.3 Cancelamento	84
2.6. Arrolamento civil de bens	85
2.6.1 Definição e outros esclarecimentos	85
2.6.2 Título para registro	85
2.6.3 Cancelamento	85
2.7. Caução	86
2.7.1 Definição e outros esclarecimentos	86
2.7.2 Título	88
2.7.3 Cancelamento	89
2.8. Arrecadação de bens	90
2.8.1 Definição e outros esclarecimentos	90
2.8.2 Título	93
2.8.3 Cancelamento	93
2.9. Protesto contra alienação de bens	94
2.9.1 Definição e outros esclarecimentos	94

3. Jurisprudência

3.1. Conselho Superior da Magistratura

347.466(81)
F517p



3.1.1 Penhora. Registro imobiliário. Imóvel alienado pelo executado. Inadmissibilidade da pretensão registral enquanto não se desconstituir a validade da transmissão em sede jurisdicional própria	97
3.1.2 Arresto. Registro imobiliário, Imóvel transferido a terceiro pelo executado. Circunstancia que impede a pretensão registraria	101
3.1.3 Penhora. Registro imobiliário. Imóvel não mais pertencente ao devedor. Circunstancia que impede a pretensão registraria. Fraude a execução declarada judicialmente que não modifica o impedimento do registro enquanto não cancelado o registro fraudulento	104
3.1.4 Recurso. Advogado. Irresignação feita em nome próprio. Inadmissibilidade. Competência. Registro imobiliário. Pedido de cancelamento ou trancamento de matrícula imobiliária. Incompetência do Conselho Superior da Magistratura para conhecimento do pleito	108
3.1.5 Registro imobiliário. Imóvel alienado a terceiro. Penhora. Fraude a execução. Circunstancia que, por si só, não permite o ingresso do mandado de constrição no folio real. Necessidade do cancelamento do registro reputado viciado para atender a pretensão registraria	112
3.1.6 Arrematação judicial. Registro imobiliário. Desnecessidade do cancelamento direto e autônomo do registro das constrições precedentes. Ato que tem força extintiva das onerações pessoais e ate mesmo das reais. Inteligência do art. 251, II, da Lei 6.015/73	116
3.1.7 Hipoteca judicial. Registro imobiliário. Proprietário do imóvel que não e o mesmo que responde no pólo passivo da relação processual. Impossibilidade da pretensão registraria. Alegação de fraude a execução que não tem o condão de alterar a decisão. Matéria que deve ser alegada em processo jurisdicional	118
3.1.8 Adjudicação. Registro imobiliário. Cancelamento direto e autônomo do registro de constrições precedentes. Desnecessidade. Ato adjudicatório que tem força extintiva das onerações pessoais e ate mesmo das reais	122
3.1.9 Registro imobiliário. Penhora. Infração a continuidade. Circunstância que impede a pretensão registral. Alegação de eventual alienação em fraude a execução que não tem cabimento em sede administrativa de duvida. Questão que se insere no exercício da atividade jurisdicional	124



3.1.10 Carta de arrematação. Título levado a registro imobiliário. Imóvel integrante de antigo loteamento. Inadmissibilidade da pretensão registraria se inexistir configuração geodésica do lote, aliado ao fato de não se saber o regime de bens adotado pelo titular do domínio, além de não haver notícias de intimação do cônjuge da penhora levada a efeito	129
3.1.11 Arresto. Registro imobiliário. Necessidade de que o imóvel objeto da medida esteja inscrito no nome do executado. Observância do princípio da continuidade	135
3.1.12 Registro de imóveis. Pretensão que visa ao registro de mandado de penhora no qual o titular de domínio e qualificado como separado. Proprietário que é qualificado no registro de origem como solteiro. Imprescindibilidade da averbação do casamento e de respectivo regime de bens para a preservação da continuidade	138
3.1.13 Carta de adjudicação. Divisão judicial. Ingresso no registro de imóveis. Admissibilidade somente se previamente aprovada pela Municipalidade	140
3.1.14 Mandado de penhora. Pretendido ingresso no registro imobiliário. Inadmissibilidade se há previa averbação de indisponibilidade do bem. Averbação. Indisponibilidade de bem. Registro feito a partir de ofício da Justiça Federal. Inexistência de ofensa ao princípio da legalidade	141
3.1.15 Título judicial. Qualificação registraria. Obrigatoriedade. Registrador que deve apurar o preenchimento de formalidades documentais e analisar a existência de obstáculos registrários. Formal de partilha. Registro de imóveis. Averbação do nome do cônjuge proprietário. Indispensabilidade. Providência que deve ser levada a efeito mediante a apresentação da certidão de matrimônio, com aferição do regime de bens adotado. Bem que não foi totalmente inventariado. Circunstância que deve ser solucionada previamente em face da necessidade de manter-se a divisão em relação a metade não partilhada	143
3.1.16 Carta de arrematação. Registro imobiliário. Documento que tem por objeto parcela maior que a penhorada. Irregistrabilidade. Alienação judicial. Inadmissibilidade. Insuficiência de disponibilidade qualitativa	147



3.1.17	Carta de arrematação. Registro imobiliário. Admissibilidade se a parcela arrematada for menor que a penhorada. Inexistência de vício	151
3.1.18	Processo administrativo. Procedimento de dúvida. Revisão, de ofício, dos atos praticados. Admissibilidade, seja pela autoridade administrativa, seja pela instancia revisora. Possibilidade inclusive de reexame do fundamento da sentença para alteração de sua parte dispositiva. Penhora. Constrição incidente sobre bens objeto de penhor ou hipoteca constituídos por cédula de crédito. Inadmissibilidade. Impenhorabilidade da hipoteca cedular que não foi revogada pelo Código de Processo Civil. Constrição incidente sobre bem alienado em fraude de execução. Exigibilidade de expressa e previa decisão judicial reconhecendo a ineficácia do negocio de alienação ou onerarão para o registro do mandado de constrição. Desnecessidade do cancelamento do registro em face da invalidade, e não ineficácia, do negocio	155
3.1.19	Fraude de execução. Circunstancia declarada judicialmente. Hipótese em que e possível o registro da penhora sem vulneração ao principio da continuidade. Inexigibilidade de ajuizamento de ação própria para declaração de ineficácia da alienação ou oneração do bem. Desnecessidade do cancelamento do registro da alienação fraudulenta em face da ineficácia do negócio	161
3.1.20	Penhora. Constrição incidente sobre imóvel. Condomínio formado em razão do regime de bens do matrimônio. Admissibilidade da expropriação total do bem se o cônjuge foi intimado da penhora. Eventual exclusão da meação que deve ser discutida em sede jurisdicional, mediante ajuizamento de embargos do devedor ou de terceiro. Carta de arrematação. Registro imobiliário. Titulo desacompanhado de prova do re-colhimento do imposto de transmissão imobiliária. Impossibilidade da pretensão registral, pois se trata de documento essencial para a qualificação positiva da carta	165
3.1.21	Penhora. Registro imobiliário. Mandado de constrição levado a registro. Imóvel transcrito em nome do titular do domínio, qualificado simplesmente como casado. Ausência de menção sobre a identidade do cônjuge e a espécie de regime de bens adotado. Ofensa ao princípio da continuidade	170



3.1.22	Carta de adjudicação. Registro imobiliário. Inadmissibilidade. Título em que não consta o nome, a qualificação do cônjuge, o regime de bens do devedor e a intimação do cônjuge da penhora incidente sobre o imóvel. Ofensa ao princípio da continuidade	173
3.1.23	Desconsideração da personalidade jurídica. Procedimento de duvida. Pretendido questionamento quanto ao acerto da decisão que aplicou a desconsideração. Inadmissibilidade. Registrador que tem apenas o dever de aferir se o mandado judicial apresentado para registro esta de acordo com o comando jurisdicional. Voto vencido	176
3.1.24	Hipoteca. Cédula de credito rural. Penhora. Pretendido registro imobiliário do mandado judicial de constrição. Inadmissibilidade. Inteligência dos arts. 69 do Dec.-lei 167/67 e 57 do Dec-lei 413/69	187
3.1.25	Cédula de crédito industrial. Hipoteca. Penhora. Mandado judicial. Ingresso em registro imobiliário. Inadmissibilidade enquanto não averbado o cancelamento das hipotecas cedulares	191
3.1.26	Penhora. Constrição incidente sobre bens objetos de hipoteca cedular. Pretendido ingresso do mandado de penhora no registro imobiliário. Inadmissibilidade, ainda que o credor hipotecário seja o próprio exequente. Hipótese em que a dívida executada é diversa daquela garantida pelo direito real inscrito	194
3.1.27	Penhora. Pretendido registro de mandado oriundo de reclamação trabalhista. Admissibilidade ainda que o bem imóvel já tenha sido objeto de antecedente constrição em ação de execução movida pelo INSS. Interpretação dos arts. 53, § 1º, da Lei 8.212/91 e 186 do CTN	196
3.1.28	Penhora. Indisponibilidade relativa. Imóvel penhorado em execução movida pelo INSS. Registro de posterior constrição incidente sobre o mesmo imóvel. Admissibilidade se o débito que originou a segunda penhora é de natureza trabalhista. Inteligência do art. 186 do CTN	199
3.1.29	Penhora. Indisponibilidade relativa. Imóvel penhorado em execução movida pelo INSS. Registro de posterior constrição incidente sobre o mesmo imóvel. Admissibilidade se o débito que originou a segunda	



penhora é de natureza trabalhista. Inteligência do art. 186 do CTN	201
3.1.30 Cédula de crédito comercial. Hipoteca. Pretendido registro de penhora do bem hipotecado. Inadmissibilidade. Impenhorabilidade prevista no Dec.-lei 413/69	203
3.1.31 Hipoteca. Cédula de crédito. Registro de imóveis. Penhora. Construção incidente sobre bem hipotecado. Inadmissibilidade enquanto não cancelado o ônus que recai sobre o imóvel. Inteligência dos arts. 69 do Dec.-lei 167/67 e 57 do Dec.-lei 413/69	207
3.1.32 Cédula de crédito industrial. Hipoteca. Penhora. Construção incidente sobre bem hipotecado. Inadmissibilidade do ingresso no registro de imóveis enquanto não cancelado o ônus que recai sobre o imóvel. Irrelevância de os títulos cedulares estarem vencidos. Inteligência do Dec.-lei 413/69	211
3.1.33 Penhora. Registro. Bem objeto de penhor ou hipoteca constituídos por meio de cédula rural. Inadmissibilidade. Inteligência do Dec.-lei 167/67	216
3.1.34 Penhora. Ingresso de mandado expedido em execução fiscal em favor da Fazenda Estadual. Recusa fundada na indisponibilidade decorrente do registro de penhora em favor do INSS. Admissibilidade	220
3.1.35 Imóvel rural. Penhora. Registro imobiliário. Comprovação da quitação do ITR dos últimos cinco anos. Desnecessidade. Eventuais débitos tributários que serão sub-rogados no valor do preço da arrematação do bem. Interpretação do art. 130, par. ún., do CTN	222
3.1.36 Registro imobiliário. Penhora. Transcrição imobiliária que faz referência ao estado civil do titular do domínio apenas como casado. Circunstância que impede o registro da construção. Necessidade da identificação do cônjuge e menção ao regime matrimonial de bens. Observância ao princípio da continuidade. Imóvel rural. Registro imobiliário. Penhora. Apresentação de certificado de cadastro no Incra. Desnecessidade. Inteligência das Leis 4.504/64 e 9.393/96	225
3.1.37 Penhora. Registro imobiliário. Ingresso na tábuá registral de mandado de construção incidente sobre bem objeto de hipoteca cedular. Inadmissibilidade. Impedimento que persiste enquanto não averbado o	



cancelamento do ônus hipotecário. Irrelevância de que os prazos para pagamento das cédulas estejam vencidos. Inteligência do art. 69 do Dec.-lei 167/67	229
3.1.38 Cédula de crédito rural. Hipoteca. Penhora. Constrição incidente sobre os bens hipotecados. Pretendido ingresso do mandado de penhora no registro imobiliário. Inadmissibilidade, ainda que o credor hipotecário seja o próprio exeqüente. Hipótese em que a dívida executada é diversa daquela garantida pelo direito real inscrito	233
3.1.39 Formal de partilha. Registro imobiliário. Apresentação de simples cópia do formal. Inaptidão do título para ingresso em registro. Inteligência do art. 221 da Lei 6.015/73. Registro imobiliário. Inadmissibilidade. Existência de fideicomisso instituído sobre a metade ideal do imóvel partilhado. Circunstância não considerada no formal. Observância dos princípios da disponibilidade e da continuidade	238
3.1.40 Crédito trabalhista. Recusa no registro de mandado de penhora extraído de reclamação trabalhista, em virtude da existência do registro de hipoteca cedular sobre o mesmo imóvel. Preferência que deve recair sobre o crédito de natureza alimentar. Viabilidade do registro, ressalvando a necessidade de o registrador dar ciência ao credor hipotecário	242
3.1.41 Penhora. Recusa no registro de mandado de penhora extraído de reclamação trabalhista, em virtude da existência do registro de hipoteca cedular sobre o mesmo imóvel. Preferência do crédito trabalhista em razão do disposto no art. 186 do CTN. Viabilidade do registro	249
3.1.42 Arresto. Medida incidente sobre bem imóvel. Efetivação em ação civil pública. Indisponibilidade que impede o ingresso no registro de imóveis de mandado de penhora incidente sobre o imóvel arrestado	252
3.1.43 Ação civil pública. Arresto. Medida incidente sobre bem imóvel. Indisponibilidade que impede o ingresso no registro de imóveis de mandado de penhora incidente sobre o imóvel arrestado	255



3.1.44 Ação civil publica. Arresto. Medida incidente sobre bem imóvel. Indisponibilidade que impede o ingresso no registro de imóveis de mandado de penhora incidente sobre o imóvel arrestado	258
3.1.45 Carta de adjudicação. Pretensão de registro. Indeferimento se não veio aos autos o título no original. Cópia que é inapta para se aferir sua registrabilidade	260
3.2 Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo	
3.2.1 Penhora. Incidência sobre imóvel onde o executado realizou apenas as benfeitorias. Inadmissibilidade. Interpretação do art. 43, II, do CC. Voto vencido	263
3.2.2 Penhora incidente sobre imóvel do casal. Aval de mero favor, prestado pelo marido, de promissória emitida por sociedade a qual os cônjuges não pertencem. Esposa que pretende excluir a sua meação. Inadmissibilidade, pois a comunhão de bens refere-se a totalidade do patrimônio e o imóvel atingido não representa 50% dos bens do casal	266
3.2.3 Condomínio. Despesas condominiais. Penhora. Construção incidente sobre o apartamento. Admissibilidade. Hipótese em que o débito existente é resultado da utilização e conservação da coisa	269
3.2.4 Penhora. Construção incidente sobre usufruto. Inadmissibilidade, mormente em não se tratando de execução promovida pelos nu-proprietários contra os usufrutuários. Possibilidade, no entanto, de que o gravame recaia sobre as comodidades e a faculdade de receber os frutos e vantagens da coisa frutuária	271
3.3 Tribunal de Alçada do Estado do Paraná	
3.3.1 Penhora. Incidência sobre direito de usufruto. Admissibilidade. Construção que recai nas comodidades criadas, e no direito de as exercer, de perceber as vantagens e frutos a coisa frutuária	275
3.4 Parecer	
3.4.1 Penhora. Construção incidente sobre imóvel gravado por hipoteca cédular. Permissão registrária que deve ser dada se o gravame é oriundo de execução trabalhista. Necessidade, no entanto, de que o registrador de ciência ao credor hipotecário do registro da penhora	279



3.5	Sentença	
3.5.1	Liquidação extrajudicial. Registro imobiliário. Penhora. Ato de indisponibilidade lançado no curso do procedimento liquidatório, de natureza administrativa, que não tem o condão de impedir o registro de mandado de penhora	289
3.6	Ementário	
3.6.1	Supremo Tribunal Federal	
3.6.1.1	Penhor ou hipoteca. Constituição por cédula de crédito rural. Impenhorabilidade dos bens atingidos pelas medidas. Admissibilidade se a cédula foi devidamente registrada	297
3.6.1.2	Julgamento antecipado da lide. Cerceamento de defesa. Inexistência. Fraude a execução. Prescindibilidade da indagação sobre a insolvência. Penhora. Alienação do imóvel. Prosseguimento da execução	297
3.6.2	Superior Tribunal de Justiça	
3.6.2.1	Execução fiscal. Penhora de bens vinculados à cédula de crédito industrial. Possibilidade	298
3.6.2.2	Embargos à arrematação. Imóvel penhorado. Interposição do recurso pelo cônjuge do executado. Legitimidade também para interpor embargos, de terceiro. Intimação da praga. Necessidade apenas em relação ao devedor	298
3.6.2.3	Recurso especial. Necessidade de atendimento dos pressupostos de admissibilidade. Lei 8.009/90, art. 3º, VII. Fiança. Impenhorabilidade. Exceção. Recurso desacolhido	299
3.6.2.4	Fiança. Locação. Imóvel. Penhora. Admissão por lei nova. Alcance. Voto vencido	299
3.6.2.5	Mulher casada. Execução. Penhora. Necessidade de intimação da esposa. Legitimidade para opor embargos à execução e de terceiro	300
3.6.2.6	Penhora. Legitimidade. Contrato anterior à vigência da Lei 8.009/90 e de execução ajuizada posteriormente a vigência da Lei 8.245/91	300
3.6.2.7	Execução. Fiança. Bem de família. Penhora. Permissão da Lei 8.245/1991. Possibilidade	301

347.466(81)
F517p



3.6.2.8	Outorga uxória. Ausência diante da declaração da condição de viúvo do fiador. Locação. Execução. Fiança. Validade. Bem familiar. Lei 8.009/90. Penhora. Possibilidade. Superveniência da Lei 8.245/91	301
3.6.2.9	Bem de família. Fiança concedida em contrato de locação. Penhora	302
3.6.2.10	Bem de família. Fiador. Penhora. Obrigação resultante de fiança. Lei 8.245/91	302
3.6.2.11	Penhora. Ausência de intimação da mulher do executado. Nulidade	303
3.6.2.12	Penhora. Intimação do cônjuge. Obrigatoriedade ainda que casados com separação de bens. Possibilidade de interpor embargos a execução e de terceiro	303
3.6.3	Tribunal Superior do Trabalho	
3.6.3.1	Cédula de credito industrial. Emissão. Bens gravados de direito real. Impenhorabilidade. Inteligência do art. 57 do Dec-lei 413/69	304
3.6.3.2	Credito trabalhista. Execução. Penhora. Incidência sobre bem gravado por cédula de credito industrial pignoratícia. Admissibilidade	304
3.6.3.3	Crédito trabalhista. Penhora de bem vinculado à cédula de credito rural. Validade	305
4.	Legislação	
4.1	Constituição da Republica Federativa do Brasil	309
4.2	Comparativo entre os Códigos Civis	312
4.3	Código de Processo Civil - Lei 5.869, de 11.01.1973	326
4.4	Código de Processo Penal - Dec-lei 3.689, de 03.10.1941	339
4.5	Código Tributário Nacional - Lei 5.172, de 25.10.1966	340
4.6	Consolidação das Leis do Trabalho - Dec.-lei 5.452, de 1º.05. 1943	343
4.7	Lei Complementar 118, de 09.02.2005 - Altera e acrescenta dispositivos a Lei 5.172, de 25.10.1966 - Código Tributário Nacional, e dispõe sobre a interpretação do inc. I do art. 168 da mesma Lei	345
4.8	Lei 4.947, de 06.04.1966 - Fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e da outras providencias	349
4.9	Lei 6.015, de 31.12.1973 - Dispõe sobre os Registros Públicos, e da outras providencias	351



4.10 Lei 6.024, de 13.03.1974 - Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e da outras providencias	364
4.11 Lei 6.766, de 19.12.1979 - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e da outras providencias	381
4.12 Lei 6.830, de 22.09.1980 - Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Publica, e da outras providencias	383
4.13 Lei 8.004, de 14.03.1990 - Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e da outras providencias	385
4.14 Lei 8.009, de 29.03.1990 - Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família	386
4.15 Lei 8.078, de 11.09.1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e da outras providencias	388
4.16 Lei 8.212, de 24.07.1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e da outras providencias	390
4.17 Lei 8.245, de 18.10.1991 - Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes	391
4.18 Lei 8.397, de 06.01.1992 - Institui medida cautelar fiscal e da outras providencias	393
4.19 Lei 8.953, de 13.12.1994 - Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao processo de execução	397
4.20 Lei 9.393, de 19.12.1996 - Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Divida Agrária e da outras providências	402
4.21 Lei 9.514, de 20.11.1997 - Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e da outras providências	414
4.22 Lei 9.532, de 10.12.1997 - Altera a legislação tributaria federal e da outras providências	429
4.23 Lei 9.785, de 29.01.1999 - Altera o Dec-lei 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade publica) e as Leis 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano)	431
4.24 Lei 10.169, de 29.12.2000 - Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro	437

347.466(81)
F517p



4.25 Lei 10.444, de 07.05.2002 - Altera a Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil	438
4.26 Lei 10.931, de 02.08.2004 - Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letras de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Dec.-lei 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, e da outras providências	443
4.27 Lei 11.101, de 09.02.2005 - Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária	446
4.28 Decreto-lei 167, de 14.02.1967 - Dispõe sobre títulos de crédito rural e da outras providências	454
4.29 Decreto-lei 7.661, de 21.06.1945 - Lei de Falências	480
4.30 Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo	483
4.31 Provimento 17/99 - Acrescenta os subitens 36.3. e 102.1. ao 102.11 e altera a redação dos itens 6, alínea h, e 93 do Capítulo XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça	484

Sobre os autores

Ademar Fioranelli	487
Flauzilino Araujo dos Santos	487
Ulysses da Silva	488

347.466(81)
F517p

